

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

de um país. Trata-se, no entanto, de uma medida imperfeita, porque não atende ao modo como o rendimento é distribuído pela população e só abrange bens que têm um preço atribuído, deixando de fora outros que, não o tendo, contribuem também para o bem-estar efetivo das pessoas, como o cuidado a familiares dependentes, a agricultura para autoconsumo, os serviços resultantes de trabalho voluntário, etc. Também enferma da inclusão, como contributo positivo (e não como custo), de danos ao bem-estar que podem resultar do processo produtivo, como poluição e depredação de recursos naturais e humanos (p. ex., doenças).

O crescimento do PIB é condição fundamental para que um país reduza o desemprego e se liberte do seu endividamento passado. Mas o crescimento sustentado do PIB supõe o aumento das despesas, de consumo e investimento, pela população ou empresas residentes no país, pelo Estado ou por não residentes. Aqui reside o principal bloqueio à resolução da crise atual. Os cortes nas despesas públicas reduzem o papel do Estado enquanto cliente da produção nacional. O desemprego e os cortes, nos salários, nas transferências sociais e noutros rendimentos, obrigam as famílias a reduzir o consumo.

As exportações podem sustentar o crescimento, mas estas, no caso português, destinam-se em cerca de 80% à União Europeia, onde todos os países-membros, mesmo os mais ricos como a Alemanha, estão a praticar políticas de contração da procura interna. Assim, as exportações dificilmente desempenharão o seu almejado papel. Por outro lado, o clima económico geral não favorece especialmente o investimento estrangeiro. Ou seja, enquanto a política económica na União Europeia der prioridade à contenção orçamental, o crescimento do PIB está comprometido, ficando os países mais endividados submetidos a um ciclo vicioso de endividamento-empobrecimento.

Lina Coelho

PIGS

É um acrónimo de clara intenção pejorativa (*pig*, porco em inglês) criado nos anos noventa do século XX para designar Portugal, Itália, Grécia e Espanha. Esta categorização articula uma dimensão geográfica e cultural – Europa do sul ou mediterrânica – e outra económica – países cronicamente deficitários – para transmitir uma mensagem simples: «povos do Sul que sendo incapazes de se sustentarem a si próprios vivem à custa do Norte virtuoso, endividando-se». A partir de 2008, com a bancarrota da Irlanda,

a Itália desapareceu do acrónimo para ser substituída pela Irlanda ou deu origem à sua modificação para PIIGS, de forma a incluir quer a Irlanda, quer a Itália, ou mesmo para PIIIIGS, para acrescentar também a Islândia.

Esta categorização pejorativa de um conjunto de países foi instrumental para a especulação com os títulos de dívida soberana destes países verificada a partir de 2010. Uma prática especulativa muito difundida, conhecida como venda a descoberto, consiste em vender títulos que não se possuem, ou se pediram emprestados, para os recomprar mais baratos no futuro, quando é preciso fazer prova da sua posse, ou devolvê-los a quem os emprestou. O ganho – a diferença entre o preço de venda e o preço de compra – depende da perda de valor dos títulos entre o momento de venda e o de compra. Para um especulador individual, a crença de que existem muitos outros especuladores a fazer a mesma aposta induz confiança. Se existir uma crença generalizada de que muitos vão apostar na desvalorização dos títulos, essa desvalorização ocorrerá efetivamente. A categorização de um conjunto de países, ao definir um alvo preciso, constrói uma convenção e contribui para a coordenação dos especuladores, garantindo o sucesso das suas apostas.

José Maria Castro Caldas

Pobreza

Na sua aceção mais comum, a pobreza identifica-se com uma situação de privação das necessidades humanas básicas decorrente da falta de recursos para satisfazer as necessidades de alimentação, participar nas atividades da vida social e fruir das condições de vida e conforto comuns, ou pelo menos largamente partilhadas e valorizadas, na sociedade a que se pertence. Os recursos em falta não se identificam apenas com o rendimento monetário à disposição de cada um, antes envolvem as próprias capacidades para levar uma vida decente, segundo os padrões correntes na sociedade. Porém, essas capacidades, mais do que o resultado de um esforço de vontade ou do mérito pessoal, dependem das oportunidades de vida que uma sociedade desigual oferece a cada um dos seus membros.

Esta visão baseada nas dimensões sociais da pobreza está a conduzir a uma mudança paradigmática na própria conceptualização de pobreza. O velho paradigma da pobreza como um infortúnio de alguns, a quem a sociedade, por razões de solidariedade, deve prestar auxílio, está a dar lugar a um novo paradigma da pobreza assente na privação de direitos sociais e na